Submetido em: 24/6/2025 Aceito em: 3/11/2025 Publicado em: 25/11/2025

Shirley Grazieli da Silva Nascimento¹, Cassandra Nascimento Rodrigues²
Cláudio Marques Ribeiro³, Rodrigo da Silva Lisboa⁴
Juliano Luiz Fossá⁵, Joélio Farias Maia⁶

PRE-PROOF

(as accepted)

Esta é uma versão preliminar e não editada de um manuscrito que foi aceito para publicação na Revista Desenvolvimento em Questão. Como um serviço aos nossos leitores, estamos disponibilizando esta versão inicial do manuscrito, conforme aceita. O manuscrito ainda passará por revisão, formatação e aprovação pelos autores antes de ser publicado em sua forma final.

http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2025.62.17331

https://orcid.org/0009-0007-2278-8651

 $\underline{https://orcid.org/0009-0008-6028-3352}$

https://orcid.org/0000-0003-4105-5684

https://orcid.org/0000-0003-4422-8157

https://orcid.org/0000-0002-9658-4850

https://orcid.org/0000-0003-3616-7630

¹ Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Dom Pedrito/RS, Brasil.

² Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Dom Pedrito/RS, Brasil.

 $^{^{\}rm 3}$ Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Dom Pedrito/RS, Brasil.

 $^{^4}$ Universidade Federal do Pampa — Unipampa. Dom Pedrito/RS, Brasil.

⁵ Universidade Federal do Pampa – Unipampa. Dom Pedrito/RS, Brasil.

⁶ Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Capão do Leão/RS, Brasil.

RESUMO

Tema amplamente discutido na atualidade, o papel da mulher na realização das atividades rurais, tem ganhado notoriedade no Brasil e no mundo. A cada dia são apresentados dados que demonstram que não há espaço ou profissão que as mulheres não possam acessar. Este estudo se propôs a analisar a percepção das agricultoras e pecuaristas familiares no Pampa Gaúcho sobre seu papel na gestão rural, identificando os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para superar possíveis obstáculos. Foram entrevistadas onze mulheres que residem em áreas rurais e desempenham papel de destaque na gestão de suas propriedades. As entrevistadas foram contatadas através do método de informante chave. Metodologicamente este artigo assenta-se na pesquisa qualitativa, os dados foram analisados através da análise de conteúdo. Os principais resultados expressam que dificuldades como preconceito, falta de reconhecimento, e a sobrecarga de responsabilidades, por outro lado refletem a persistência de barreiras culturais e estruturais. No entanto, também se destacam a resiliência e a capacidade dessas mulheres profissionais em superar obstáculos e buscar soluções para os problemas enfrentados no dia a dia.

Palavras-chave: Gênero; Invisibilidade; Persistência; Mulheres rurais.

WOMEN AND RURAL MANAGEMENT: A STUDY ON THE PERCEPTION OF FAMILY FARMERS AND LIVESTOCK PRODUCERS IN THE PAMPA GAÚCHO

ABSTRACT

A topic widely discussed today, the role of women in conducting rural activities, has gained notoriety in Brazil and around the world. Every day data is presented that demonstrates that there is no space or profession that women cannot access. This study aimed to analyze the perception of family farmers and ranchers in Pampa Gaúcho about their role in rural management, identifying the challenges faced and the strategies adopted to overcome obstacles. Eleven women who reside in rural areas and play a prominent role in the management of their properties were interviewed. Interviewees were contacted using the key informant method. Methodologically, this article is based on qualitative research, the data was analyzed through content analysis. The main results express that difficulties such as

3

MULHERES E GESTÃO RURAL: ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE AGRICULTORAS E PECUARISTAS FAMILIARES NO PAMPA GAÚCHO

prejudice, lack of recognition, and overload of responsibilities, on the other hand, reflect the persistence of cultural and structural barriers. However, the resilience and ability of these professional women to overcome obstacles and seek solutions to the problems they face daily also stand out.

Keywords: Gender; Invisibility; Persistence; Rural woman.

INTRODUÇÃO

Historicamente, o setor agrícola tem sido predominantemente dominado por homens, com as mulheres desempenhando papéis secundários ou ocupando posições menos visíveis. No entanto, observa-se um movimento inspirador em direção à igualdade de gênero, à medida que cada vez mais mulheres estão assumindo papéis de liderança e influência no setor agrícola. Este fenômeno tem sido impulsionado por diversas iniciativas governamentais e não governamentais que promovem a inclusão feminina no campo, bem como por mudanças culturais e sociais que reconhecem o valor da contribuição das mulheres (Brumer, 2004; Siliprandi, 2015).

Nas últimas décadas, o papel das mulheres no setor rural tem recebido crescente atenção acadêmica, destacando-se sua participação ativa na agricultura e na pecuária familiar. No contexto do Pampa Gaúcho, região caracterizada por suas extensas pastagens naturais e uma forte tradição agropecuária, as mulheres têm desempenhado funções essenciais na gestão e operação das propriedades rurais (Nascimento et al., 2024; Langbecker; Montardo; Ribeiro, 2021).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, empoderar mulheres agricultoras, pode aumentar significativamente a produtividade agrícola e melhorar a segurança alimentar. Estudos mostram que quando as mulheres têm acesso igualitário a recursos como terra, crédito e tecnologia, a produção agrícola pode aumentar entre 20% e 30%, contribuindo para a redução da fome e da pobreza (FAO, 2011).

No Brasil, a presença feminina no campo tem se tornado mais visível. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, as mulheres representam cerca de 18% dos produtores rurais no país, um número que tem crescido ao longo dos anos (IBGE, 2019). Além disso, iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF

Mulher) têm desempenhado um papel crucial ao facilitar o acesso das mulheres ao crédito e a outros recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades agropecuárias.

A agricultura familiar é responsável por boa parte da produção de alimentos consumidos internamente no país e as mulheres têm um papel crucial neste contexto. De acordo com a Lei nº 11.326 de 2006, a agricultura familiar é caracterizada pelo trabalho predominante da mão-de-obra familiar e é neste cenário que as mulheres se destacam, tanto na produção, quanto na gestão das propriedades, garantindo a preservação dos saberes tradicionais e a manutenção da biodiversidade local (Brumer; Dos Anjos, 2012; Schwab, 2019).

Em âmbito nacional e também no Pampa Gaúcho, as agricultoras e pecuaristas familiares estão reconfigurando cenários patriarcais e se destacando como líderes em suas comunidades. Elas não apenas contribuem economicamente, mas também promovem práticas sustentáveis e inovadoras na gestão das propriedades rurais. Essas mulheres estão se tornando agentes de mudança, inspirando outras a seguir seus passos e a lutar por igualdade de oportunidades no setor agrícola (Langbecker; Perleberg, 2014; Da Silveira Joia; Orfão, 2023).

No entanto, a gestão rural quando realizada pelas mulheres enfrenta desafios específicos, decorrentes tanto de questões culturais, quanto estruturais. Estudos demonstram que, apesar de sua significativa contribuição para a produção agropecuária e para a sustentabilidade das propriedades familiares, as mulheres rurais frequentemente enfrentam barreiras de acesso a recursos, crédito, e tecnologias, além de serem sub-representadas em espaços de decisão (FAO, 2011; Siliprandi, 2015).

Dentro desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a percepção das agricultoras e pecuaristas familiares no Pampa Gaúcho sobre seu papel na gestão rural, identificando os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para superar possíveis obstáculos. Ao compreender essa dinâmica, pode-se trazer luz a esse protagonismo e/ou invisibilidade do papel da mulher rural em suas propriedades, compreensão essa, que se faz essencial para promover políticas públicas que fortaleçam a participação feminina no campo,

contribuindo para a equidade de gênero e o desenvolvimento sustentável da região.

REFERÊNCIAL TEÓRICO

Mulheres, gestão e trabalho rural - ainda em busca pela visibilidade

A masculinização do espaço rural é um fenômeno amplamente documentado na literatura, caracterizado pela predominância masculina nas atividades agrícolas, na posse de terras e nos espaços de decisão. Este processo resulta na marginalização das mulheres e na desvalorização de suas contribuições no meio rural (Brumer, 2004; Siliprandi, 2015).

Historicamente, a agricultura tem sido vista como uma atividade masculina, com a imagem do agricultor frequentemente associada ao homem. As mulheres, por sua vez, foram relegadas a papéis secundários, muitas vezes invisíveis, apesar de sua participação crucial em todas as etapas da produção agrícola e na gestão das propriedades familiares (Siliprandi, 2015). A divisão sexual do trabalho no campo reforça essa masculinização, atribuindo às mulheres tarefas domésticas e de cuidado, enquanto os homens assumem as funções produtivas e de tomada de decisão (Brumer, 2004).

Comparativamente aos homens, as mulheres enfrentam desvantagens, tais como baixos salários, não remuneração, subordinação, dependência no trabalho agrícola, falta de acesso à terra, falta de capital para despesas correntes, tecnologia e canais de comercialização. Outro tipo de dificuldade enfrentada pelas mulheres que atuam no setor agrícola é a divisão do trabalho. Essa divisão historicamente, construiu uma estrutura em que as mulheres estavam alheias às atribuições de gestão e liderança dos negócios rurais, tanto pelo viés de gênero, quanto pelo poder centralizado na figura paterna (Serigati; Severo; Possamai, 2018). No entanto, percebe-se um longo caminho a ser trilhado para um cenário de maior equilíbrio entre os gêneros no setor agrícola.

Desvalorização e falta de reconhecimento do papel da mulher no trabalho rural.

A desvalorização e a falta de reconhecimento do papel da mulher no trabalho rural são problemas históricos e persistentes. No contexto da agricultura familiar, as mulheres

desempenham uma variedade de tarefas essenciais, desde a produção agrícola até a gestão das propriedades, acumulando, muitas vezes, também responsabilidades domésticas e de cuidado (Brumer, 2004). No entanto, esse trabalho é frequentemente invisibilizado e subvalorizado, tanto econômica, quanto socialmente.

Pesquisas indicam que as mulheres no meio rural têm menos acesso a recursos produtivos, como terra, crédito e tecnologia, em comparação com os homens (FAO, 2011). Essa desigualdade de acesso é reforçada por normas culturais que tradicionalmente associam as atividades agrícolas ao papel masculino, relegando as mulheres a funções de apoio ou de menor prestígio (Siliprandi, 2015). Um estudo de Cantarino (2017) enfatiza que, mesmo quando as mulheres têm acesso a esses recursos, elas enfrentam maiores dificuldades em utilizá-los devido à divisão sexual do trabalho e à sobrecarga doméstica, aspectos que são ignorados pelas políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

A invisibilidade do trabalho feminino no campo também se reflete na subrepresentação das mulheres em espaços de decisão, tanto em associações e cooperativas agrícolas quanto em fóruns de formulação de políticas públicas. Essa falta de representação impede que as demandas específicas das mulheres rurais sejam devidamente consideradas e atendidas, perpetuando um ciclo de exclusão e desvalorização (Schwab, 2019). Nesse sentido, o estudo de Rohr (2017) mostra que, embora as mulheres representem uma parcela significativa da mão de obra no campo, elas são frequentemente excluídas dos cargos de liderança nas cooperativas agrícolas, devido a barreiras culturais e institucionais.

Contrariando essa tendência de desvalorização, observa-se que a atuação feminina no mercado de trabalho, impulsionada pelo desenvolvimento econômico e pelo aumento dos índices de escolaridade, além de mudanças demográficas e sociais, tem se alterado significativamente nas últimas décadas. O trabalho feminino, antes considerado sem valor produtivo e voltado majoritariamente às atividades que garantiam a manutenção da estrutura familiar, como cuidar dos filhos, do marido e das tarefas domésticas, agora participa efetivamente do sistema produtivo (Butto, 2006).

Atualmente, é evidente a crescente participação feminina em todos os setores econômicos, não apenas como complemento da renda familiar, mas também como principais responsáveis pelo aporte financeiro de um número significativo de lares brasileiros. A inserção da mulher no mercado de trabalho foi impulsionada não somente por questões

econômicas, mas também por fatores demográficos, como a redução da taxa de fecundidade, o menor tamanho das famílias, o envelhecimento da população, com uma maior expectativa de vida para as mulheres, e o acentuado crescimento de arranjos familiares chefiados por elas. Além disso, mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, juntamente com a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades, contribuíram para a transformação da identidade feminina (Bruschini; Lombardi, 2007).

Todavia, a realidade no cenário rural é outra, em relação ao papel da mulher no trabalho nas propriedades. O Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), revela fatores de masculinização no campo no estado do Rio Grande do Sul, no qual 88% das famílias rurais são geridas por homens. Essa constatação pode evidenciar uma invisibilidade, ou ainda, negligência no que tange ao papel da mulher no trabalho rural. Já no cenário urbano, dados do Censo populacional revelam que 49,1% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, o que pode reforçar ainda mais a invisibilidade do trabalho da mulher no cenário rural.

Para Karam (2004), a mulher que participa da agricultura desempenha um papel fundamental em todo o processo produtivo. No campo da produção, as mulheres têm sido precursoras dentro da unidade familiar, assumindo os desafios impostos pela inovação tecnológica. Um estudo mais recente de Campos *et al.* (2020) destaca que a inserção das mulheres em atividades produtivas mais tecnológicas e inovadoras tem permitido uma maior autonomia financeira, embora as barreiras culturais ainda imponham desafios para a plena integração.

Nesse contexto, são inúmeros os desafios que as mulheres enfrentam para alcançar reconhecimento no setor agrícola. No entanto, apesar das dificuldades, elas vêm conquistando seu espaço e superando a baixa participação e invisibilidade no cenário rural. É perceptível, e em crescimento, a presença feminina na comercialização e no gerenciamento financeiro das agroindústrias, embora esse ainda seja um campo de predominância masculina. Fica evidenciado que a atuação da mulher no campo coexiste com sua participação em outros segmentos ao longo da cadeia produtiva, como mostra o estudo de Oliveira, Pereira e Souza (2019), que revela o impacto da participação feminina nas agroindústrias e cooperativas da região Sul do Brasil.

Políticas e formas de valorização do trabalho realizado pela mulher rural

As principais questões que estão na origem dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais envolvem o reconhecimento formal da profissão de agricultora, visando combater a invisibilidade produtiva do trabalho feminino no campo. Historicamente, o trabalho das mulheres rurais foi associado a atividades domésticas, mesmo quando elas estavam ativamente envolvidas na produção agrícola. Uma das principais bandeiras desses movimentos é a luta por direitos sociais, como a aposentadoria, o salário-maternidade e o direito à sindicalização.

Além disso, o acesso à terra é um tema central, com as mulheres reivindicando a titulação conjunta das propriedades em nome do casal ou exclusivamente em nome da mulher, especialmente quando são chefes de família, solteiras ou separadas. Essas demandas específicas de gênero foram incorporadas, nas décadas de 1980 e 1990, às discussões sobre a Reforma Agrária, fortalecendo a luta por equidade no acesso à terra (Heredia; Cintrão, 2012).

Entre 2003 e 2015, o Brasil implementou uma série de políticas públicas inovadoras voltadas para a valorização da agricultura familiar e das comunidades tradicionais, o que representou um avanço significativo na inclusão das mulheres rurais como beneficiárias. Essas políticas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), garantiram o acesso de agricultoras a crédito, documentação, assistência técnica e extensão rural, permitindo que as mulheres tivessem mais autonomia em suas atividades produtivas (Schneider; Gazolla, 2017). As mulheres também foram progressivamente incluídas nas compras públicas, um mecanismo importante para o fortalecimento da agricultura familiar.

Uma questão fundamental para que as agricultoras familiares e de comunidades tradicionais tenham acesso a políticas públicas, como a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), é a formalização por meio do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Para se qualificarem como beneficiárias dessas políticas, elas precisam estar registradas como trabalhadoras por conta própria, o que pode ser feito por meio da obtenção de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) (Siliprandi, 2013).

Além do acesso a políticas de crédito e assistência técnica, o direito à Previdência Social para as agricultoras familiares na condição de seguradas especiais representa uma das maiores conquistas dos movimentos de mulheres rurais no Brasil. Esse direito assegura aposentadoria, salário-maternidade e outros benefícios, garantindo maior segurança econômica e reconhecimento do trabalho no campo. A conquista desses direitos é resultado de décadas de mobilização e pressão política organizada pelos movimentos sociais, como a Marcha das Margaridas, que uniu mulheres rurais de todo o país na defesa de seus direitos (Nobre; Moreno, 2024; Delboni; Calsing, 2021).

Essas políticas e formas de valorização representam avanços significativos para as mulheres rurais no Brasil. Contudo, apesar dos progressos, a efetividade dessas medidas ainda enfrenta desafios, como a falta de continuidade de políticas públicas e a resistência cultural em reconhecer a importância do papel feminino na agricultura. Estudos recentes mostram que, mesmo com o aumento da participação feminina em programas de crédito e assistência técnica, as mulheres ainda enfrentam barreiras na sua implementação, como a sobrecarga de trabalho e o acesso limitado a recursos tecnológicos (Deere; León, 2020).

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste estudo acadêmico, foi realizada uma revisão narrativa da literatura, com a análise de diferentes tipos de documentos (artigos, teses, dissertações, textos online, reportagens informativas), além de conversas e entrevistas presenciais com agricultoras e pecuaristas familiares do município de Dom Pedrito, Rio Grande do Sul. A seguir, são descritas as variáveis que compõem a metodologia: ambiente de estudo, técnicas de coleta e análise dos resultados.

Ambiente de estudo

O universo deste estudo é o município de Dom Pedrito, localizado na região da Campanha do Rio Grande do Sul, conforme Figura 1. O município se destaca pela diversidade de sua produção agrícola familiar e pelas suas características geográficas e socioeconômicas que impactam diretamente as dinâmicas das unidades produtivas rurais

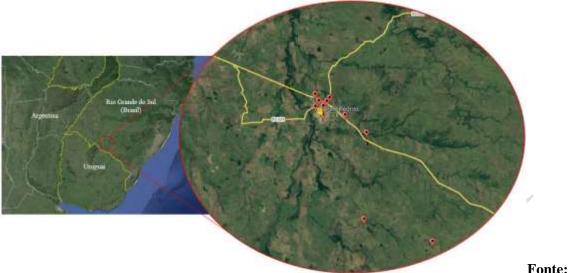
(Nascimento et al., 2020).

Segundo dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), Dom Pedrito tem uma população estimada em 36.981 habitantes e uma área territorial de 5.190,238 km². A densidade demográfica é de aproximadamente 7,1 habitantes por km², evidenciando o caráter predominantemente rural da região. A economia local é fortemente influenciada pela agropecuária, com destaque para a produção de soja, arroz e pecuária de corte, que são as atividades principais em muitas das propriedades familiares (Nascimento *et al.*, 2020).

Geograficamente, o município faz fronteira ao sul com a República Oriental do Uruguai, ao oeste com Santana do Livramento, ao leste com Bagé, e ao norte com Rosário do Sul, além de pequenos trechos de fronteira com os municípios de São Gabriel e Lavras do Sul. A hidrografia da região é composta pelos rios Santa Maria, que tem maior presença, e, em menor proporção, pelos rios Ibicuí e Camaquã (IBGE, 2023).

Dom Pedrito é subdividido em cinco distritos, o que facilita a organização administrativa e a coleta de dados. As áreas rurais são amplas e abrigam muitas propriedades familiares, o que reforça o caráter agrícola do município. A pesquisa foca nas mulheres que vivem e trabalham em unidades produtivas familiares nessas áreas, buscando compreender suas percepções sobre a gestão dessas unidades e as dinâmicas de trabalho e divisão de tarefas. A Figura 1 ilustra a localização das unidades familiares de produção das mulheres participantes do estudo.

Figura 1 - Localização do município de Dom Pedrito e das unidades familiares de produção das mulheres rurais participantes do estudo.



Elaborado pelos autores, 2024, a partir dos softwares Earth e Maps @Google.

Além da produção agrícola e pecuária, a estrutura fundiária do município é marcada por grandes propriedades de pecuária extensiva, mas também por pequenas e médias propriedades familiares, onde se desenvolvem sistemas de produção diversificados. As mulheres, embora frequentemente invisibilizadas nas estatísticas formais de trabalho, desempenham um papel central na organização e gestão dessas propriedades, seja no trabalho direto com a terra, seja na administração das finanças e das tarefas cotidianas.

Conforme dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2019), Dom Pedrito possui 1.097 propriedades rurais, sendo que desse total de estabelecimentos agropecuários 47,4% têm caráter não familiar e 52,6% são caracterizadas como agricultura familiar. Referente à gestão desses estabelecimentos, nas propriedades de caráter não familiar 84% das propriedades são chefiadas por homens e 16% são geridas por mulheres. Já nas unidades familiares, 86% são chefiadas por homens e em 14% são as mulheres que fazem a gestão das atividades rurais. Esses dados ajudam a compreender esse universo, para dialogar com o presente estudo.

Técnicas de coleta e análise dos resultados.

O estudo baseia-se em uma pesquisa qualitativa com caráter exploratório, realizada com o auxílio de um roteiro de questões abertas e fechadas, formulado com base nas categorias de análise pré-estabelecidas. Uma característica fundamental da pesquisa exploratória refere-se à especificidade das perguntas, que devem ser definidas desde o início, servindo como única abordagem (Babbie, 1986). Com base no objetivo do trabalho e na literatura utilizada para embasar o marco teórico, foram formuladas as seguintes categorias de análise:

Quadro 1 - Categorias de análise do estudo

| Satisfação | Dificuldades | |
|-------------|--------------|--|
| Preconceito | Sonhos | |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A seleção das entrevistadas foi realizada por meio da indicação de extensionistas rurais da Emater Dom Pedrito (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Com os contatos telefônicos em mãos, iniciou-se a busca pela rede de entrevistas. Um primeiro contato foi estabelecido com cada mulher para apresentar a pesquisa e convidá-las a participar. É importante destacar a excelente aceitação por parte das entrevistadas em relação ao tema proposto. No total, foram entrevistadas onze mulheres que se destacam no trabalho em suas propriedades rurais, atuando sozinhas ou juntamente com seus companheiros.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2010). As discussões dos resultados estão fundamentadas na objetivação e na ancoragem, que permitem organizar os elementos constituintes das percepções ao longo do percurso pelo qual os elementos estudados adquirem materialidade, isto é, tornam-se expressões de uma realidade percebida como natural (Moscovici, 1981).

A objetivação possibilita a coleta de informações e crenças sobre o objeto de estudo, permitindo um processo de seleção e descontextualização que resulta na formação de um todo relativamente coerente, onde apenas uma parte da informação disponível é retida. Esse processo leva à naturalização do objeto; os conceitos retidos no nó figurativo e suas respectivas relações constituem categorias naturais, adquirindo materialidade. Assim, os

conceitos tornam-se equivalentes à realidade, e o abstrato se torna concreto por meio de sua expressão em imagens e metáforas (Bardin, 2010). Por sua vez, a ancoragem serve à instrumentalização do saber, conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e gestão do ambiente (Jodelet, 1989). A seguir, apresenta-se os resultados e discussões do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção são apresentados os dados obtidos através da imersão a campo, bem como as discussões realizadas a partir da análise dos resultados. O Quadro 2 apresenta a sistematização do perfil das entrevistas que compuseram o estudo.

Quadro 2 - Perfil das mulheres rurais entrevistadas e núcleo familiar

| Entrevistada | Idade anos | Escolaridade | Estado civil Tempo na atividade (anos) | | N° de familiares |
|--------------|--------------|-----------------------|----------------------------------------|-------------|---------------------|
| 1 | 66 | Doutora em enfermagem | Divorciada 7 | | Sozinha |
| 2 | 29 | EMI | Casada Desde nascida | | 3 |
| 3 | 44 | EFI | Solteira 24 | | 2 |
| 4 | 37 | EFC | Casada 15 | | 4 |
| 5 | 52 | EFI | EFI Solteira 52 | | Sozinha |
| 6 | | EMC | Casada 28 | | 4 |
| 7 | 64 | EMI | Casada | Casada 47 5 | |
| 8 | - | EFC | Separada 3 | | 6 |
| 9 | 32 | Pós-graduada | Solteira Desde nascida | | 3 |
| 10 | 30 | EFC | Solteira 5 2 | | 2 |
| 11 | 39 | EMC | Casada | 6 meses 4 | |

Nota: **EFC-**Ensino fundamental completo; **EFI-** Ensino fundamental incompleto; **EMC-** Ensino médio completo; **EMI-** Ensino médio incompleto; **EFC-** Ensino fundamental completo.

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O Quadro 2, aborda o perfil das entrevistadas, destaca mulheres de diferentes idades e estados civis, com variações significativas na escolaridade e no tempo de atuação. Essa

diversidade é um reflexo das diferentes realidades que as mulheres enfrentam no campo.

Analisando a literatura, percebe-se que em outras regiões do Brasil, como o Nordeste, a participação de mulheres rurais tende a ser mais expressiva em atividades de agroecologia e manejo sustentável, principalmente por programas de agricultura familiar e cooperativas. Em contrapartida, no Pampa Gaúcho, o papel da mulher no manejo da pecuária ainda é subestimado, especialmente em funções de liderança, devido à forte tradição patriarcal (Nascimento *et al.*, 2024). Em áreas de maior acesso a políticas públicas e programas de apoio, como em regiões próximas a grandes centros urbanos, o nível de escolaridade é mais alto, e a inclusão em atividades agroecológicas e cooperativas é mais frequente (Heredia; Cintrão, 2012). No Pampa Gaúcho, no entanto, muitas mulheres atuam de forma isolada ou com pouco apoio técnico e organizacional (Langbecker; Montardo; Ribeiro, 2021).

Na sequência das discussões apresenta-se o Quadro 3, o qual contém informações sobre as entrevistadas, detalhando suas propriedades, fontes de renda, produção e comercialização.

Quadro 3 - Características das propriedades rurais, fonte de renda, produção e comercialização.

| Entrevistada | Localidade | Área total da propriedade | Principal fonte de renda | O Que é produzido | O que é comercializado | Contrata mão de obra |
|--------------|-------------------------|---------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------|
| 1 | Santa Maria Chico | 260 Hectares | Pecuária | Carne, mel, animais, novilho, terneiros, borrego | Todos os produtos produzidos | Sim,1 pessoa |
| 2 | Lagoa do Forno | 13 hectares | Morango, flores, melão, tomate | Morango, flores, melão, tomate | Morango | Não só na safra diarista |
| 3 | Fontouras | 70 hectares | Pecuária | Gado de cria | Venda de terneiros | Não, mão de obra própria |
| 4 | Dom Pedrito | 34 hectares | Queijos | Queijos e outros | Queijos e outros | Sim, 2 pessoas |
| 5 | Dom Pedrito | 13,8 hectares | Horta, campo | Hortifruti, panificados | Hortifruti e panificados | Não |
| 6 | Dom Pedrito | 87,12 hectares | Carne | Gado de corte | Carne | Não tem funcionários |

| Entrevistada | Localidade | Área total da propriedade | Principal fonte de renda | O Que é produzido | O que é comercializado | Contrata mão de obra |
|--------------|-------------------------|------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------------|-------------------------------------------|--------------------------|
| 7 | Dom Pedrito | 80 hectares | Pecuária de corte | Venda de animais | carne | Não, ajuda da família |
| 8 | Dom Pedrito | 16 hectares | Soja, arroz | Soja, gado, mandioca, batata | Soja, gado, mandioca, batata | Não |
| 9 | Na entrada da cidade | 4 hectares | Hortaliças, milho, melão, ovos | Hortaliças, nozes, artesanato, milho, melão | Tudo que é produzido | Não |
| 10 | Sede | | Doces e panificados | Doces e panificados | Doces e panificados | Não |
| 11 | Parada Freitas | 2 hectares | Loja de personalizados e verduras | Hortaliças e estamparia | Hortaliças e loja de personalizados | Não |

Fonte: Dados da Pesquisa, 2024.

O Quadro 3 contém informações sobre entrevistadas de diferentes localidades, detalhando suas propriedades, fontes de renda, produção e comercialização. Em relação a diversidade de produção e comercialização nas propriedades rurais, a análise dos dados evidencia uma diversidade significativa de atividades produtivas, que variam de pecuária a hortaliças e leguminosas até o cultivo de soja e produção de queijos, conforme expõe o Quadro 3. Esse aspecto da multifuncionalidade das pequenas propriedades rurais é uma característica importante da agricultura familiar, permitindo a geração de renda por meio de diferentes canais de comercialização, como destaca Veiga (2008). A multifuncionalidade é uma estratégia fundamental para a sustentabilidade econômica das famílias rurais, já que diversifica os riscos e aproveita melhor os recursos locais (Altieri, 2012).

No que pese a questão de gênero e divisão do trabalho nas propriedades, o papel das mulheres na gestão das propriedades é outro ponto central. Em várias respostas, as mulheres destacam a ausência de contratação de mão de obra externa, muitas vezes contando com o apoio da família. Segundo Siliprandi (2016), essa dinâmica revela a persistência de desigualdades de gênero no campo, onde o trabalho feminino frequentemente é invisibilizado, apesar de essencial para a manutenção da unidade produtiva. Além disso, o trabalho não remunerado das mulheres, especialmente em atividades como a comercialização de doces e panificados, reforça a necessidade de uma maior valorização do

papel feminino na economia rural (Lima, 2020).

Ainda em relação aos desafios relativos à mão de obra, destaca-se nas respostas que a contratação de mão de obra nas propriedades rurais menores é bastante limitada, com a maioria das entrevistadas relatando a ausência de funcionários contratados. Quando ocorre, como no caso da entrevistada 1, residente na localidade de Santa Maria Chico, a contratação é mínima. Esses dados refletem um dos principais desafios enfrentados pela agricultura familiar: a dificuldade de acesso a mão de obra qualificada e o alto custo de contratação, como aponta Graziano da Silva (2004). Esse fator, aliado à mecanização limitada e à dependência de ajuda familiar, dificulta a expansão da produtividade em muitas propriedades de pequeno porte (Schneider, 2016).

Outro ponto que merece destaque na análise do Quadro 3, acima, faz referência a sustentabilidade e segurança alimentar, pois algumas entrevistadas mencionam a produção de alimentos voltados ao consumo local, como hortaliças e produtos panificados. Esse tipo de produção tem forte relação com a segurança alimentar local e a sustentabilidade, conforme discutido por Ploeg (2009), que enfatiza o papel da agricultora familiar na preservação da biodiversidade e na oferta de alimentos saudáveis e diversificados. A produção agroecológica também é mencionada como um caminho relevante para melhorar a resiliência das pequenas propriedades frente às mudanças climáticas e às pressões do agronegócio (Altieri, 2012).

Trazendo as discussões para o universo das percepções em relação ao trabalho realizado pelas agricultoras e pecuaristas familiares, percebe-se nas entrevistas que a participação das mulheres na gestão das propriedades rurais revela-se ampla e multifacetada. Elas atuam em todas as etapas produtivas, desde o planejamento até a comercialização dos produtos. Contudo, ainda há uma divisão de tarefas que, em muitos casos, é condicionada por normas culturais e a percepção do que é considerado "trabalho pesado" ou "trabalho leve". Os excertos apresentados no Quadro 4 externalizam essa condição.

Quadro 4 - Percepções das entrevistadas sobre suas atividades no trabalho rural

| "Faço tudo, mas se estamos os dois em casa ele fica com a parte mais pesada da lavoura e eu com a organização e comercialização" | Entrevistada 3, 29 anos (Lagoa Forno) |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------|
| "Faço todo o trabalho de campo, comercialização, toda gestão da propriedade" | Entrevistada 4, 44 anos (Fontouras) |
| "Faço a contabilidade, planejamento, previsão das atividades mensais, anuais, cuido da sanidade dos animaistodas as atividades inerentes a pecuária" | Entrevistada 1, 66 anos (Fontouras) |

Fonte: Dados da pesquisa, 2024.

O argumento de que o trabalho "leve" ou "pesado" é culturalmente determinado se alinha com a realidade observada nas falas das entrevistadas. Segundo Paulilo (2004) a valorização do trabalho é vinculada à posição hierárquica da pessoa que o executa. Isso significa que as mulheres, por estarem em uma posição subordinada no contexto familiar, têm seu trabalho muitas vezes desvalorizado ou subestimado, mesmo que suas tarefas sejam essenciais para a sustentabilidade da propriedade.

Em pesquisa realizada em Cruzeiro do Sul (RS), Brumer e Freire (1983) verificaram que a divisão de trabalho por gênero no meio rural brasileiro continua a ser marcada por uma distinção entre as tarefas consideradas adequadas ao homem e à mulher. A noção de que o homem realiza as tarefas que exigem maior força física e a mulher fica encarregada das atividades rotineiras reflete essa lógica hierárquica, como observamos nos exemplos das entrevistadas. Sobre a divisão de trabalho em propriedades familiares, observar-se que o papel da mulher vai além da gestão doméstica, sendo muitas vezes crucial para a gestão financeira e estratégica da propriedade. Assim, através da fala das entrevistadas, reforça-se a importância de reconhecer o papel gerencial das mulheres, sobretudo em atividades de controle financeiro.

Na expectativa de seguir imergindo no universo de percepções das entrevistadas, perguntou-se "como é para você estar à frente da gestão da propriedade?". Os relatos coletados demonstram um sentimento generalizado de satisfação e orgulho entre as entrevistadas, que se identificam como protagonistas da gestão de suas propriedades, seja de maneira independente ou em parceria com seus cônjuges. Essa autopercepção positiva reflete a crescente valorização do papel das mulheres no meio rural, superando as barreiras tradicionais de gênero que muitas vezes limitavam sua participação efetiva na tomada de

decisões.

A resposta de uma das entrevistadas, de 32 anos, destaca a confiança nas capacidades femininas de gestão: "Ótimo! Bom as mulheres estarem à frente dos negócios, as mulheres conseguem gerir uma propriedade" (Entrevistada 9, Sede). Este relato não apenas sublinha o orgulho pessoal, mas também desafia estereótipos que antes associavam a gestão rural exclusivamente aos homens. Outro testemunho, de uma entrevistada de 39 anos, reforça esse sentimento: "Ótimo! adoro cuidar do meu negócio" (Entrevistada 11, Parada Freitas), o que evidencia o prazer e a realização pessoal no trabalho de gestão, aspectos que são muitas vezes negligenciados nas narrativas sobre trabalho rural.

Um terceiro depoimento, de uma mulher de 66 anos, revela o processo de superação das dificuldades iniciais: "No início foi difícil, agora faço tudo sozinha e já peguei o ritmo. Tem altos e baixos, mas após 7 anos é fácil" (Entrevistada 1, Santa Maria Chico). Este exemplo ilustra a resiliência e a adaptação que muitas mulheres precisam desenvolver para enfrentar os desafios da gestão de propriedades rurais, muitas vezes acumulando múltiplas funções.

Verificando a literatura percebe-se que a participação feminina na gestão rural está ligada à sua capacidade de adaptação e inovação, além da habilidade em lidar com múltiplas tarefas, o que lhes permite garantir a sustentabilidade do negócio familiar (Siliprandi, 2015; Langbecker; Perleberg, 2014). Além disso, a literatura mostra que, apesar de enfrentarem barreiras como a falta de reconhecimento e o acúmulo de responsabilidades, as mulheres vêm assumindo cada vez mais responsabilidades gerenciais, contribuindo para uma transformação cultural no setor rural (Guivant, 2003; FAO, 2011).

Com base na literatura sobre o tema abordado neste artigo, buscou-se compreender como, no universo empírico estudado, se estabelece a relação entre o trabalho da mulher rural e as questões relacionadas à mão de obra. As respostas obtidas indicam que, em muitas propriedades, não há a presença de mão de obra extrafamiliar, sendo as agricultoras e pecuaristas responsáveis por grande parte do trabalho, contando, muitas vezes, apenas com o auxílio de familiares para dar conta das atividades no campo. Quando há a necessidade de contratar alguém, as entrevistadas relatam dificuldades significativas, principalmente pela escassez de mão de obra qualificada e pelo desinteresse generalizado pelo trabalho rural,

uma realidade que agrava a sobrecarga das mulheres no campo.

Essa dificuldade em contratar mão de obra qualificada no meio rural é um problema amplamente discutido na literatura. Segundo Abramovay (1998), a modernização da agricultura e a migração de trabalhadores para os centros urbanos têm gerado uma lacuna na disponibilidade de trabalhadores capacitados para atuar no campo, o que impacta diretamente a dinâmica das propriedades rurais familiares. Essa questão afeta de forma particular as mulheres, que muitas vezes assumem uma multiplicidade de tarefas para garantir a viabilidade do negócio familiar, agravando as desigualdades de gênero no setor agrícola.

Embora as agricultoras e pecuaristas entrevistadas atuem com garra e determinação na gestão de suas propriedades, elas apontam desafios significativos, tanto em relação ao esforço físico exigido pelas atividades rurais, quanto, principalmente, ao respeito e reconhecimento de sua atuação no meio rural. A presença feminina na gestão ainda enfrenta resistências culturais e sociais, que muitas vezes se manifestam de forma sutil, mas persistente. Como uma das entrevistadas mencionou: "*O tratamento é diferente por parte dos clientes, por eu ser uma mulher gestora*" (Entrevistada 2, 29 anos, Lagoa do Forno). Outra agricultora observa uma barreira adicional na comercialização de seus produtos: "*Sim, muita dificuldade, se tem homens na concorrência de vendas, acho ser mais difícil a comercialização*" (Entrevistada 11, 39 anos, Parada Freitas).

Esses depoimentos revelam que, apesar dos avanços na inserção feminina no agronegócio e na agricultura familiar, as mulheres ainda encontram dificuldades ligadas aos estereótipos de gênero que permeiam o setor rural. Segundo Guivant (2003), as mulheres rurais enfrentam preconceitos que afetam tanto suas relações comerciais quanto suas interações com colegas e clientes, o que contribui para o sentimento de isolamento e para a necessidade constante de provar sua competência. Além disso, dados da FAO (2011) mostram que a disparidade de gênero no setor agrícola não se resume à divisão de trabalho, mas também se reflete no acesso a mercados, crédito e tecnologias.

Contudo, nem todas as mulheres compartilham dessas dificuldades. Uma das entrevistadas, por exemplo, relata uma experiência distinta: "Nunca enfrentei dificuldades, no início teve um estranhamento pelo fato de ser mulher, mas dificuldade não" (Entrevistada 1, 66 anos, Santa Maria Chico). Essa pecuarista, que fez da atividade rural um projeto de

aposentadoria, tem um perfil singular. Ex-professora universitária, ela retornou ao Pampa Gaúcho após o adoecimento dos pais e, além de gerir sua propriedade, é uma voz ativa nas discussões sobre a preservação do Bioma Pampa, somando-se a iniciativas de valorização e sustentabilidade da região.

Esse caso ilustra que o contexto de cada mulher rural pode variar, com fatores como formação acadêmica, redes de apoio e envolvimento em causas sociais, ampliando as oportunidades de reconhecimento e sucesso. As experiências compartilhadas, no entanto, refletem a resiliência e a adaptação que caracterizam a trajetória das mulheres rurais no Brasil, apesar dos obstáculos estruturais e culturais que ainda persistem.

Encerrando as discussões, foi dada às entrevistadas a oportunidade de compartilhar seus sonhos e expectativas em relação à profissão. Solicitou-se que expressassem suas respostas em uma palavra ou frase. A nuvem de palavras (Figura 2) a seguir foi elaborada a partir dos depoimentos das entrevistadas, refletindo essas percepções.

Reconnectmento
Redes Negócios Sonho
Força Apolo Junção
Leve Gestão Mulheres
Preconceito
Pesado Pesado Familia Igualdade Sucesso

Redes Negócios Sonho
Desenvolvimento O
Desenv

Figura 2 - Os sonhos de mulheres rurais traduzidos em palavras

Fonte: Elaborado pelos autores através do software Word Cloud, 2024.

De forma geral, apesar das respostas das entrevistadas ilustrarem, além dos sonhos, preocupações, as palavras e frases ilustradas na Figura 2 destacaram a necessidade de maior união entre as mulheres, o reconhecimento do trabalho feminino, a redução do preconceito em relação às suas atividades, e o apoio para a realização dessas tarefas. Dessa maneira, o

que se entende pelo sonho da mulher rural, permeia fatores sobre reconhecimento social, igualdade nas formas de trabalho e respeito pelas atividades exercidas, destacando cada vez mais o papel da mulher no cenário rural da agricultura familiar em Dom Pedrito, assim como em âmbito nacional. A seguir, são tecidas as considerações finais do estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a analisar a percepção de agricultoras e pecuaristas familiares no Pampa Gaúcho sobre seu papel na gestão rural. O estudo revela que as mulheres rurais no Pampa Gaúcho desempenham um papel fundamental na gestão de propriedades familiares, enfrentando desafios históricos relacionados à invisibilidade e à desvalorização de seu trabalho no cenário rural.

As dificuldades apontadas pelas entrevistadas, como preconceito, falta de reconhecimento, e a sobrecarga de responsabilidades, refletem a persistência de barreiras culturais e estruturais históricas. No entanto, também se destacam a resiliência e a capacidade dessas mulheres em superar obstáculos e buscar soluções para os problemas enfrentados cotidianamente.

As entrevistadas demonstraram, em seus relatos, uma forte conexão com suas atividades de gestão, mostrando satisfação e orgulho por estarem à frente de suas propriedades, seja sozinhas ou em parceria com seus companheiros e/ou familiares. A divisão de tarefas, influenciada por normas culturais, ainda reflete distinções entre o que é considerado trabalho "pesado" e "leve", mas muitas delas desafiam essas concepções ao assumirem papéis gerenciais e estratégicos nas propriedades.

A maior valorização do trabalho feminino e o apoio para a formação de redes de cooperação entre mulheres gestoras são passos cruciais para promover uma maior equidade de gênero no setor agrícola. Cabe considerar um outro ponto relevante, que é a demanda por políticas públicas que ampliem o acesso a recursos, como crédito, assistência técnica e tecnologia, elementos essenciais para fortalecer a autonomia das mulheres no meio rural. Assim sugere-se a ampliação de estudos sobre o papel da mulher rural, com a finalidade de melhor compreender esse cenário, bem como a influência de programas sociais e políticas

públicas nessa dinâmica.

Ademais, as perspectivas futuras para as mulheres rurais estão centradas em um desejo comum por maior união, reconhecimento, e diminuição do preconceito, como expresso nas palavras das entrevistadas. O caminho para a igualdade de oportunidades no campo ainda é longo, mas a força e a determinação dessas mulheres evidenciam que elas estão aptas para liderar essa transformação, na busca pelo reconhecimento social e valorização de seu papel em atividades nas propriedades rurais, bem como, para a sociedade como um todo. Por fim, não se pretende esgotar o tema com os dados apresentados por este estudo, mas sim trazê-lo para a discussão como uma temática urgente e emergente que precisa de atenção e avanços.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, R. Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALTIERI, M. *Agroecologia:* bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BABBIE, E. The practice of social research. 4. ed. Belmont: Wadsworth Publ., 1986.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. 4 ed. Lisboa: Edições 70, 2010. 280 p.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres trabalhadoras rurais: um compromisso de todos os dias. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Gênero, Agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 205-227, 2004.

BRUMER, A.; DOS ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista Nera*, n. 12, p. 6-17, 2012.

BRUMER, A.; FREIRE, N. M. S. O trabalho da mulher na pequena produção agrícola. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano XI/XI, p. 305-322, 1983.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: SENAC, p. 43-88, 2007.

CAMPOS, M. L. *et al.* Mulheres na agricultura familiar: desafios e oportunidades na adoção de tecnologias. *Revista de Sociologia Rural*, 2020.

CANTARINO, D. C. Mulheres rurais e o acesso aos recursos produtivos: um estudo de caso no estado de Minas Gerais. *Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas*, 2017.

DA SILVEIRA JOIA, F.; ORFÃO, L. H. O papel da mulher em cargos de liderança no agronegócio. *Revista Estudo & Debate*, v. 30, n. 4, p. 103 – 114, 2023.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. Gênero, terra e desenvolvimento na América Latina: mudanças e permanências. *Revista de Economia Agrícola*, 2020.

DELBONI, M.; CALSING, M. Marcha das Margaridas e os direitos das mulheres rurais no Brasil. *Agronegócio em Debate*, 2021.

FAO. FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Mulheres na agricultura: Fechar a lacuna de gênero para o desenvolvimento.* Roma: FAO, 2011.

GRAZIANO DA SILVA, J. O futuro da agricultura familiar. Brasília: MDA, 2004.

GUIVANT, J. S. Mulheres no Agro: Produção familiar e pluriatividade nas novas ruralidades. In: GUIVANT, J. S. (Org.). *Agricultura Familiar e Pluriatividade*. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 155-178, 2003.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista Nera*, n. 8, p. 1-28, 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário 2017*. Resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096. Acesso em: 12 abr 2025.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Dom Pedrito:* panorama, 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/dompedrito/panorama. Acesso em: 12 abr 2025.

JODELET, D. Les représentations sociais: un domaine en expansion. In: JODELET, D. (Org.). Les Représentations Sociales. Paris: Press Universitary de France, 1989.

KARAM, K. F. A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 303-320, 2004.

LANGBECKER, T. B.; MONTARDO, R. P.; RIBEIRO, C. M. Mulheres e a gestão em propriedades rurais: um estudo multicasos em Dom Pedrito/RS. In: *Anais do X Encontro Nacional da ANPPAS*, 2021, Campinas, SP.

LANGBECKER, T. B; PERLEBERG, C. S. A contribuição da mulher pecuarista como potencial ator na preservação da atividade de corte no município de Dom Pedrito-RS. *REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, 2014.

LIMA, M. A. Mulheres rurais e economia invisível: uma análise sobre o papel das agricultoras no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, 2020.

MOSCOVICI, S. On social representations. In: FORGAS, J. P. (Org.). *Social Cognition - Perspectives on Everyday Understanding*. London: Academic Press, 1981.

NASCIMENTO, S. G. S. *et al.* Gestão ambiental e agricultura familiar: um olhar sobre o município de Dom Pedrito-RS. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, v. 9, n. 3, p. 480-499, 2020.

NASCIMENTO, S. G. S. *et al.* A relação de trabalho e espaço da mulher rural. *Cadernos de Agroecologia*, v. 19, n. 1, 2024.

NOBRE, M.; MORENO, R. O trabalho e a autonomia econômica das mulheres agricultoras: tensões e desafios na construção de políticas públicas. *Revista Ciências do Trabalho*, n. 25, p. 1 – 12, 2024.

OLIVEIRA, C. A.; PEREIRA, R. N.; SOUZA, M. T. A participação das mulheres nas agroindústrias familiares da região Sul: avanços e desafios. *Agronegócio e Desenvolvimento Regional*, 2019.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*, v. 12, p. 229-252, 2004.

PLOEG, J. D. V. D. *The New Peasantries:* Struggles for Autonomy and Sustainability in an Era of Empire and Globalization. London: Earthscan, 2009.

ROHR, J. D. Barreiras à participação feminina nas cooperativas agrícolas no Brasil. *Estudos Feministas*, 2017.

SCHNEIDER, S. *O rural brasileiro no século XXI:* mudanças, permanências e desafios. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: avanços e desafios. *Cadernos de Sociologia Rural*, 2017.

SCHWAB, N. Mulheres, trabalho e família na agricultura familiar: O caso do sul do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2019.

SERIGATI, F. C.; SEVERO, K; POSSAMAI, R. A inserção das mulheres no agronegócio. *AgroANALYSIS*, v. 38, n. 4, p. 16-19, 2018.

SILIPRANDI, E. Gênero e Agricultura Familiar: a participação das mulheres em políticas de desenvolvimento rural. *Estudos Feministas*, 2013.

SILIPRANDI, E. *Mulheres e agroecologia:* transformando o campo, as florestas e as pessoas. São Paulo: Editora Juruá, 2016.

SILIPRANDI, E. Mulheres e agroecologia: Transformando o campo, as florestas e as pessoas. São Paulo: *Expressão Popular*, 2015.

VEIGA, J. E. da. A sustentabilidade como base para a agricultura familiar. *Estudos Avançados*, 2008.

Autor Correspondente:

Joélio Farias Maia
Universidade Federal de Pelotas – UFPel
Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
Campus Capão do Leão/RS Brasil. CEP 96010-900
maia.joelio@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob os termos da licença Creative Commons.

